



EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

CNPJ: 18.528.267/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2016

Senhor Acionista,

A Diretoria da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.Ss. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

1. GESTÃO EMPRESARIAL

1.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2016, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$213.379 mil. No exercício de 2015, foram pagos R\$262.435 mil.

Pagamentos de Contraprestações - (R\$ mil)		
Parcerias Público-Privadas	2015	2016
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	137.521	95.933
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	99.466	90.827
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	25.448	26.619
Total	262.435	213.379

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$1.061 mil com a venda de 26 imóveis. Restam no estoque de imóveis disponíveis para venda 110 imóveis, registrados pelo valor de R\$8.361 mil. Com base nos mais recentes laudos de avaliação desses imóveis, a Companhia registrou um impairment de R\$2.137 mil, de modo a refletir o valor justo que é de R\$6.224 mil.

Estoque de Imóveis	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Posição em 31/12/2015	135	9.878
Imóveis vendidos	(25)	(1.517)
Impairment de imóveis disponíveis para venda	-	(2.137)
Posição em 31/12/2016	110	6.224

1.2. Recursos Humanos

A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia

possui em seu passivo o montante de R\$757 mil a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra, nos termos do convênio firmado.

2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, receita operacional líquida de R\$944 mil proveniente da comercialização de bens imóveis próprios não de uso, apresentando uma redução de 11% em relação ao exercício de 2015, quando auferiu R\$1.061 mil. O custo apurado no exercício totalizou R\$1.549 mil, composto por: (i) R\$1.517 mil relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) R\$28 mil relativo ao custo de avaliação dos imóveis vendidos; (iii) R\$4 mil relativo ao IPTU dos imóveis vendidos. No exercício anterior, o custo foi 15% superior, totalizando R\$1.812 mil.

Dessa forma, a EMIP apurou, no exercício de 2016, prejuízo operacional bruto de R\$605 mil, enquanto no exercício de 2015 o prejuízo foi de R\$751 mil. O prejuízo operacional observado em ambos os exercícios ocorreu porque alguns imóveis vendidos apresentaram desvalorização em relação ao custo de aquisição.

O resultado financeiro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2016 foi de R\$263 mil, inferior em 97% ao resultado apurado no exercício de 2015, que foi de R\$9.445 mil. Esse resultado refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras, deduzidos IOF e despesas bancárias. Esta diminuição decorre da redução do montante de recursos aplicados, em razão da execução dos pagamentos de contraprestações das parcerias público-privadas.

Com base nos resultados supramencionados, a EMIP auferiu no exercício de 2016 prejuízo líquido de R\$4.230 mil, enquanto no exercício anterior alcançou lucro de R\$4.867 mil. Essa redução de 187% observada no resultado líquido decorre, sobretudo, da redução das receitas financeiras, que foram fator preponderante para o lucro alcançado em 2015.

Considerando que a principal atividade fim da EMIP, pela qual foi fundada, é a atuação como mandatária do Estado de Minas Gerais no âmbito das PPP's, a Administração considera cumpridos seus objetivos definidos para o exercício.

3. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

4. AGRADECIMENTOS

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2016 e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2016.

A Administração.

Balancete Patrimonial					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015					
<i>(Em milhares de Reais)</i>					
ATIVO			PASSIVO		
Notas	2016	2015	Notas	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	140	1.004		
Tributos a recuperar	6	200	1.363	9.a	757
Imóveis Para Venda	8	6.224	9.878	Salários e encargos sociais	21
Outras contas		30	20	Tributos a recolher	149
Total do Ativo Circulante	6.594	12.265	12.265	Dividendos a pagar	81
Depósitos judiciais		91	-	Obrigações por repasse	81
Contas a receber do EMG	5	41.028	40.743	Total do Passivo Circulante	1.008
Tributos a recuperar	6	1.197	-		
Imobilizado		1	2	Patrimônio líquido	
Total do Ativo Não Circulante	42.317	40.745	40.745	Capital social	10.a
				Lucro/Prejuízo acumulado	10
				Total do Patrimônio Líquido	47.903
					50.977
TOTAL DO ATIVO	48.911	53.010	53.010	TOTAL DO PASSIVO	48.911
					53.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015						
<i>(Em milhares de Reais)</i>						
	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		26.925	1.642	14.699	-	42.366
Integralização de capital		95.000	-	-	-	95.000
Aumento de Capital com retenção de lucros		14.699	-	(14.699)	-	-
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior		4.900	-	-	-	4.900
Capital a Integralizar		(40.540)	-	-	-	(40.540)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.867	4.867
Reserva legal		-	243	-	(243)	-
Dividendos obrigatórios distribuídos		-	-	-	(1.156)	(1.156)
Retenção de lucros		-	-	3.468	(3.468)	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		(54.460)	-	-	-	(54.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		45.624	1.885	3.468	-	50.977
Integralização de capital	10.a	10.000	-	-	-	10.000
Aumento de Capital com retenção de lucros		3.468	-	(3.468)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.a	162.554	-	-	-	162.554
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior		1.156	-	-	-	1.156
Capital a Integralizar	10.a	40.540	-	-	-	40.540
Prejuízo do exercício	10.d	-	-	-	(4.230)	(4.230)
Reserva legal	10.b	-	(1.885)	-	1.885	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		(213.094)	-	-	-	(213.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		50.248	-	-	(2.345)	47.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

Em 2003, inspirado em experiências internacionais, o Governo de Minas estabeleceu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), com o objetivo de atrair investimentos privados em infraestrutura, por meio de relações contratuais de longo prazo. Para tanto, havia a necessidade de estabelecer mecanismos eficientes de regulação dos contratos.

Os primeiros parâmetros legais direcionados à regulação dos contratos de PPP no País foram aprovados em Minas Gerais em dezembro de 2003, por meio da Lei Estadual nº 14.868/03. Segundo essa lei, cabe ao ente privado contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos, sendo remunerado segundo o desempenho obtido nas atividades contratadas. Além de criar o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, a importância desta lei está na criação do ambiente institucional para a modelagem e implantação de contratos de PPP, uma vez que instituiu o Conselho Gestor de PPP e a Unidade de PPP como unidades integrantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Após a consolidação institucional e o desenvolvimento dos estudos de modelagem de projetos específicos, o Estado de Minas Gerais, visando o aperfeiçoamento do Programa Estadual de PPP's e o aprimoramento do mecanismo de mobilização de recursos para o pagamento das contraprestações e oferecimento de garantias, O Estado, em 2011, por meio da Lei Estadual nº 19.968 de 26/12/2011, autorizou a MGI – Minas Gerais Participações S.A., pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”), a constituir subsidiária, em conformidade com a Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2013, com a finalidade de realizar operações estruturadas de mercado relacionadas com seus ativos.

Portanto, nesse contexto, em 16 de julho de 2013, foi lavrada no

cartório do décimo ofício de notas de Belo Horizonte, Livro 952 N, folha 1, a escritura pública de constituição de subsidiária integral da MGI, denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, que possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social: (a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, (b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, (c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP), (d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas, (e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, (f) prestar garantias, (g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2017.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Receita	11	944	1.061
Custos	12	(1.549)	(1.812)
Resultado bruto		(605)	(751)
Despesas administrativas	12	(1.755)	(1.356)
Outras receitas		4	-
Perda na recuperação de imóveis para venda	8.a	(2.137)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(4.493)	(2.107)
Receitas financeiras	13	309	9.501
Despesas financeiras	13	(46)	(56)
Receitas financeiras, líquidas		263	9.445
Resultado antes dos impostos		(4.230)	7.338
Impostos de renda	7	-	(1.811)
Contribuição social	7	-	(660)
		-	(2.471)
Resultado do exercício		(4.230)	4.867
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)		(9)	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Resultado do exercício	10-d	(4.230)	4.867
Resultado abrangente total		(4.230)	4.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

b. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC/IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros não reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 4).

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizadas, (Veja nota 5). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Ativos mantidos para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de conversão de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, (veja nota 8).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do

Demonstrações dos fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	(4.230)	4.867
Ajustes para:		
Perda na recuperação de imóveis para venda	2.137	-
	(2.093)	4.867
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	-	201.636
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	(34)	201
(Aumento)/Diminuição Imóveis para Venda	1.517	1.771
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	(91)	-
(Aumento)/Diminuição contas a receber do EMG	(213.378)	(262.435)
(Aumento)/Diminuição de outras contas	(10)	(20)
Aumento/(Diminuição) de fornecedores	656	53
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais	7	9
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher	46	(204)
Aumento/(Diminuição) de obrigações por repasse	(605)	668
Caixa gerado nas atividades operacionais	(213.958)	(53.454)
Aquisições imobilizado/intangível	-	(2)
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento	-	(2)
Aumento Capital Social	213.094	74.059
Reserva de lucros a destinar (Integralização de capital)	-	(19.599)
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento	213.094	54.460
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(864)	1.004
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	140	1.004
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.004	-
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(864)	1.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.